

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial.....	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 10º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (55 21) 3263-7000
ey.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, datado de 24 de março de 2015, sem qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.940	921
Concessionárias e permissionárias	8	3.674	3.267
Estoques		570	-
Impostos a recuperar	9	1.223	275
Outros ativos circulantes		76	120
		7.483	4.583
Ativo não circulante			
Títulos e valores imobiliários	7	4.524	5.177
Outros ativos não circulantes		2.471	2
Imobilizado	10	279.396	290.240
Intangível	11	561	342
		286.952	295.761
		294.435	300.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros		1.055	3.341
Empréstimos e financiamentos – terceiros	12	9.407	9.273
Impostos e contribuies sociais		341	436
Taxas regulamentares	13	1.803	1.290
Dividendos propostos	14	13.417	4.472
Outros passivos circulantes		33	590
		<u>26.056</u>	<u>19.402</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos – terceiros	12	136.724	133.480
Outras contas a pagar		72	-
		<u>136.796</u>	<u>133.480</u>
Patrimnio líquido			
Capital social		156.285	156.285
Reserva de lucros		-	13.417
Reserva legal		-	942
Prejuízo acumulado		(24.702)	(23.182)
	14	<u>131.583</u>	<u>147.462</u>
		<u>294.435</u>	<u>300.344</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstraes contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	15	29.011	23.461
Custo da operação	16	<u>(12.401)</u>	<u>(4.462)</u>
Lucro bruto		16.610	18.999
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(820)</u>	<u>(1.557)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		15.790	17.442
Resultado financeiro	19	<u>(18.486)</u>	<u>(15.199)</u>
Receita financeira		598	562
Despesa financeira		<u>(19.084)</u>	<u>(15.761)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(2.696)</u>	<u>2.243</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		<u>(2.696)</u>	<u>2.243</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(2.696)	2.243
Resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u><u>(2.696)</u></u>	<u><u>2.243</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	78.000	61.963	124	1.760	(8.838)	133.009
Adiantamentos para futuro aumento de capital (não auditado)	-	16.322	-	-	-	16.322
Transferência para o capital social (não auditado)	78.285	(78.285)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício (não auditado)	-	-	-	-	2.243	2.243
Destinação do resultado:						
Reserva legal (não auditado)	-	-	818	-	(818)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (não auditado)	-	-	-	-	(4.112)	(4.112)
Dividendos adicionais propostos (não auditado)	-	-	-	11.657	(11.657)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	156.285	-	942	13.417	(23.182)	147.462
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(1.502)	(1.502)
Transferência dos dividendos intermediários após aprovação de AGO de 30/04/2015	-	-	-	(13.417)	-	(13.417)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(942)	-	-	(942)
Saldo em 1º de julho de 2015	156.285	-	-	-	(24.702)	131.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014 (não auditado)
(Prejuízo) / lucro líquido do período antes dos impostos	(2.696)	22.348
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	17.190	12.967
Depreciação	11.326	10.668
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias:	(429)	(1.261)
Estoques	(570)	-
Impostos a recuperar	(948)	-
Adiantamentos a fornecedores	57	5
Outros ativos	(2.481)	1.159
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.753)	(2.815)
Tributos e contribuições sociais	939	(995)
Impostos pagos	(1.052)	-
Juros pagos	(8.497)	(8.232)
Taxas regulamentares	513	861
Outros passivos	(1.584)	(12.764)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	9.036	(21.941)
Atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado – intangível	(1.104)	-
Baixa de imobilizado e intangível	430	-
Títulos e valores mobiliários	653	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(21)	-
Atividades de financiamento:		
Aumento de capital	-	16.322
Captação de empréstimo	1.000	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(8.996)	(8.926)
Dividendos pagos	-	15.543
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(7.996)	22.939
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa do período	1.019	185
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	921	736
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.940	921

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

1.1. Mudança na participação acionária

Em 27 de outubro de 2014, à Administração de Montes Claros na época protocolou na ANEEL requerimento solicitando a anuência para praticar os atos necessários para transferência do controle societário da Companhia à SGBH. A aprovação ocorreu no mês fevereiro de 2015. Adicionalmente, foi solicitada a anuência junto ao BNDES para praticar os atos supracitados, para a qual aguarda retorno.

Em 1o de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi adquirida pelo valor de R\$122.299. Na avaliação do valor justo da Companhia pela controladora SGBH foi efetuado um ajuste de R\$ 51.931 no ativo financeiro amortizável.

1.2. Da Concessão

Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia.

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais:

- a) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2;
- b) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA;
- c) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA;
- d) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014.

São ainda de responsabilidade da Companhia:

e) SE Itabirito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 Kv São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba;

f) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2.

Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas.

1.3. Receita Anual Permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP será revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado a partir de julho de 2011 levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.756/2014 estabeleceu a RAP em R\$19.566 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015 estabeleceu a RAP em R\$31.433 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.4. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 15) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 14). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$132. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas DCRs.

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

2.1 Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. .

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 10 – Imobilizado e 11 – Intangível.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.4 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.5 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.8 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.9 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos e financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Ativo							
Ativo circulante		7.483	(35.373)	42.856	4.583	(26.072)	30.655
Caixa e equivalentes de caixa		1.940	-	1.940	921	-	921
Concessionárias e permissionárias		3.674	-	3.674	3.267	-	3.267
Estoques		570	-	570	-	-	-
Impostos a recuperar		1.223	-	1.223	275	-	275
Ativo financeiro Amortizável	a	-	(35.373)	35.373	-	(26.072)	26.072
Outros ativos circulantes		76	-	76	120	-	120
Ativo não circulante		286.952	1.390	285.562	295.761	(33.017)	328.778
Títulos e valores mobiliários		4.524	-	4.524	5.177	-	5.177
Ativo financeiro Amortizável	a	-	(278.567)	278.567	-	(323.499)	323.499
Outros ativos não circulantes		2.471	-	2.471	2	-	2
Imobilizado	b	279.396	279.396	-	290.240	290.140	100
Intangível	b	561	561	-	342	342	-
		294.435	(33.983)	328.418	300.344	(59.089)	359.433

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Passivo							
Passivo circulante		26.056	-	26.056	19.402	-	19.402
Fornecedores - terceiros		1.055	-	1.055	3.341	-	3.341
Empréstimos e financiamentos - terceiros		9.407	-	9.407	9.273	-	9.273
Impostos e contribuições sociais		341	-	341	436	-	436
Taxas regulamentares		1.803	-	1.803	1.290	-	1.290
Dividendos propostos		13.417	-	13.417	4.472	-	4.472
Outros passivos circulantes		33	-	33	590	-	590
Passivo não circulante		136.796	(35.215)	172.011	133.480	(35.907)	169.387
Empréstimos e financiamentos - terceiros		136.724	-	136.724	133.480	-	133.480
Outras contas a pagar		72	-	72	-	-	-
Tributos Diferidos	c	-	(35.215)	35.215	-	(35.907)	35.907
Patrimônio líquido		131.583	1.232	130.351	147.462	(23.182)	170.644
Capital social		156.285	-	156.285	156.285	-	156.285
Reserva de Lucros		-	-	-	13.417	-	13.417
Reserva Legal		-	-	-	942	-	942
Prejuízo acumulado	d/e	(24.702)	1.232	(25.934)	(23.182)	(23.182)	-
		294.435	(33.983)	328.418	300.344	(59.089)	359.433

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Receita operacional líquida	d	29.011	(21.754)	50.765	23.461	(18.830)	42.159
Custo da operação	e	(12.401)	(10.524)	(1.877)	(881)	1.016	(1.765)
Lucro bruto		16.610	(32.278)	48.888	22.580	(17.814)	40.394
Despesas gerais e administrativas		(820)	-	(820)	(5.138)	(3.581)	(1.557)
Outras (despesas)/ receitas operacionais		-	51.930	(51.930)	-	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		15.790	19.652	(3.863)	17.442	(21.395)	38.837
Resultado financeiro		(18.486)	-	(18.486)	(15.199)	5	(15.204)
Receita financeira		598	-	598	562		562
Despesa financeira		(19.084)		(19.084)	(15.761)	5	(15.766)
Resultado antes dos impostos		(2.696)	19.652	(22.348)	2.243	(21.390)	23.633
Imposto de renda e contribuição social		-	4.528	(4.528)	-	7.272	(7.272)
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		(2.696)	24.180	(26.876)	2.243	(14.118)	16.361

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações contábeis societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.8.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	-	6
Bancos	1.937	62
Aplicações financeiras	3	853
	<u>1.940</u>	<u>921</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta reserva - financiamentos	4.524	5.177
	<u>4.524</u>	<u>5.177</u>

Saldo se refere a conta reserva para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	3.450	3.267
Vencidas até 30 dias	75	-
Vencidas até 60 dias	7	-
Vencidas até 90 dias	58	-
Vencidas até 120 dias	13	-
Vencidas até 180 dias	71	-
Vencidas há mais de 180 dias	21	-
	<u>3.695</u>	<u>3.267</u>
(-) PCLD	(21)	-
	<u>3.674</u>	<u>3.267</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Adição de provisão	(21)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(21)</u>	<u>-</u>

9. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PIS	-	9
COFINS	-	39
IRPJ	738	21
CSLL	408	63
Outros	77	143
	<u>1.223</u>	<u>275</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Ativo imobilizado em serviço	(não auditado)							(não auditado)	
Transmissão	296.683	-	-	(173)	296.510	(173)	(20.170)	276.340	287.836
Terrenos	2.847	-	-	-	2.847	-	-	2.847	2.847
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.321	-	-	-	5.321	-	(619)	4.702	5.109
Máquinas e equipamentos	288.463	-	-	(220)	288.243	(220)	(19.537)	268.706	279.831
Veículos	-	-	-	47	47	47	-	47	-
Móveis e utensílios	52	-	-	-	52	-	(14)	38	49
Administração	96	-	(49)	(47)	-	(96)	-	-	24
Máquinas e equipamentos	44	-	(44)	-	-	(44)	-	-	19
Veículos	47	-	-	(47)	-	(47)	-	-	-
Móveis e utensílios	5	-	(5)	-	-	(5)	-	-	4
	296.779	-	(49)	(220)	296.510	(269)	(20.170)	276.340	287.859
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	2.333	1.104	(382)	-	3.056	722	-	3.056	2.381
Máquinas e equipamentos	-	320	-	-	320	320	-	320	-
Outros	2.333	784	(382)	-	2.736	402	-	2.736	2.381
	2.333	1.104	(382)	-	3.056	722	-	3.056	2.381
	299.112	1.104	(431)	(220)	299.566	453	(20.170)	279.396	290.240

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10.2 Taxas de depreciação

	2015			2014
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				(não auditado)
Transmissão	3,89%	296.510	(20.170)	287.836
		296.510	(20.170)	287.836

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

O ativo imobilizado não vinculado a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

10.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2015

	Material e equipamentos
Máquinas e Equipamentos	320
A Ratear	371
Material em Depósito	272
Adiantamentos a Fornecedores	134
Depósitos Judiciais	7
	1.104

10.4 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2015

Administração	Grupo	Valor
Imobilizado administrativo	Equipamentos de informática	30
Imobilizado administrativo	Máquinas e equipamentos	17

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
	(não auditado)								(não auditado)
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	341	-	-	220	561	220	-	561	342
Servidões	-	-	-	561	561	561	-	561	-
Softwares	341	-	-	(341)	-	(341)	-	-	342
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	341	-	-	220	561	220	-	561	342

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11.2 Taxas de amortização

	2015			2014
	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Transmissão	0,00%	561	-	561
		561	-	561
				(não auditado)
				342
				342

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2015	2014
BNDES - Subcrédito A	05/2012	01/2027	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	TJLP + 2,58% a.a.	76.986	82.572
BNDES - Subcrédito B	05/2012	01/2027	Mensal	15/01/16	Mensal	15/01/16	SAC	(i)	TJLP + 2,18% a.a.	23.605	25.631
Debêntures	08/2012	04/2029	-	-	-	-	-	(ii)	IPCA + 8,75% a.a.	45.540	34.550
										146.131	142.753
Circulante										9.407	9.273
Não circulante										136.724	133.480
										146.131	142.753

(i) Garantias - BNDES

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

(ii) Garantias - Debêntures

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2016	9.407
2017	9.173
2018	9.261
2019	9.349
2020 - 2027	108.941
	<u>146.131</u>

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes, para ambos os contratos. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

13. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	1.296	957
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	179	168
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	328	165
	<u>1.803</u>	<u>1.290</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

(iii)P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 3 de março de 2014 a Companhia integralizou por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, o montante de R\$53.800 com a emissão de 53.800.000 ações ordinárias e nominativas. Em 31 de outubro de 2014 a Companhia integralizou, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, o montante de R\$24.485 com a emissão de 24.485.490 ações ordinárias e nominativas.

O capital social, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, subscrito e integralizado é de R\$ 156.285, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	99,99%
Cobra Instalações y servicios, S.A.	-	0,01%
SGBH	100%	0,01%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A parcela dos dividendos superior aos dividendos mínimos obrigatórios, propostos pela Administração antes da aprovação da Assembleia dos acionistas é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos" de acordo com o ICPC 08. Quando ocorre a aprovação, o saldo é transferido para a conta de dividendos propostos no passivo.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(26.876)	16.361
Reserva legal (5%)	-	818
Base de cálculo para os dividendos	-	15.543
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	3.886
Dividendos adicionais propostos	-	11.657

Em abril de 2015 foi transferido para o passivo dividendos adicionais propostos considerando ata da assembleia geral ordinária com aprovação do resultado em 30/04/2014 e 30/04/2015.

15. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Receita operacional bruta	33.331	26.848
Receita rateio de antecipação	2.193	1.766
Receita de encargos de transmissão	26.265	21.157
Receita de novas obras RBNI	750	604
Recuperação de Pis e Cofins	3.141	2.530
Receita rede de fronteira	1.487	1.198
Parcela ajuste do ciclo anterior	(849)	(684)
Indisponibilidade de equipamentos	(50)	(40)
Receita de CCT	394	317
Deduções da receita operacional	(4.320)	(3.387)
PIS	(550)	(431)
COFINS	(2.533)	(1.986)
RGR	(291)	(228)
P&D	(839)	(658)
TFSEE	(107)	(84)
	29.011	23.461

16. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Pessoal	(152)	-
Material	(5)	-
Serviços de terceiros	(165)	(554)
Seguros	(71)	(176)
Tributos	(12)	-
Depreciação	(11.323)	(3.715)
Outras	(673)	(17)
	(12.401)	(4.462)

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(12)	(349)
Material	(9)	(21)
Serviços de terceiros	(822)	(1.024)
Arrendamentos e aluguéis	(3)	(4)
Recuperação de despesas	254	-
Tributos	(20)	(36)
Depreciação e amortização	(4)	(8)
Outras	(204)	(115)
	<u>(820)</u>	<u>(1.557)</u>

18. Despesas com pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(112)	-
Encargos	(40)	-
	<u>(152)</u>	<u>-</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	49	(166)
Encargos	(16)	(76)
Benefícios	(45)	(73)
Outros	(12)	(315)
	<u>(164)</u>	<u>(315)</u>

19. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	<u>598</u>	<u>562</u>
Receitas de aplicações financeiras	546	559
Variação cambial	36	-
Outras receitas financeiras	16	3
Despesa financeira	<u>(19.084)</u>	<u>(15.761)</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.844)	(13.192)
Variações monetárias	(404)	-
Comissões	(1.583)	(2.369)
Outras despesas financeiras	(253)	(200)
	<u>(18.486)</u>	<u>(15.199)</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.940	921
Concessionárias e permissionárias	8	3.674	3.267

<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Empréstimos e financiamentos – terceiros	12	146.131	142.753
Fornecedores – terceiros		1.055	3.341

20.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.